



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0630/06	DATA: 11/5/2006
INÍCIO: 10h39min	TÉRMINO: 12h48min	DURAÇÃO: 02h09min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h08min	PÁGINAS: 41	QUARTOS: 26

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
PAULO BERNARDO - Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

SUMÁRIO: Debate sobre a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007.
--

OBSERVAÇÕES
Há exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Declaro iniciada a 2ª reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para exposição do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, que discorrerá sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007.

Convido para compor a Mesa o Sr. Ministro Paulo Bernardo e o Sr. Ariosto Antunes Culau, Secretário de Orçamento Federal.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos para fazer a exposição, só podendo ser aparteado se o permitir. Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos.

Informo que, a partir deste momento, a lista de inscrição para o debate está aberta. É só fazer um sinal para a Sra. Mirna, que fará a inscrição.

Informo que, logo após a audiência pública, haverá reunião extraordinária para votação do PPA e de alguns requerimentos, para que possamos dar seqüência aos trabalhos.

Justifico ao Ministro Paulo Bernardo a ausência do Relator, que, hoje no exercício da Liderança do Governo, está exercendo outra atividade. Tão logo a conclua, S.Exa. participará do debate e receberá todo o material. Desde já, peço desculpas pela ausência do Relator.

Para que possamos agilizar o trabalho, passarei a palavra ao Ministro Paulo Bernardo, a fim de que faça a exposição inicial.

Gostaria de saber se posso providenciar cópias da exposição do Ministro para todos os Parlamentares. *(Pausa.)* Estão sendo providenciadas cópias, que serão distribuídas ao S.Exas.

Com a palavra o Ministro Paulo Bernardo.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Gilmar Machado.



Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, é uma satisfação estar novamente nesta Comissão. Procurarei fazer a apresentação de maneira breve, até porque o Sr. Presidente avisou que haverá reunião deliberativa da Comissão na sequência, e quero que haja tempo suficiente para os Parlamentares debaterem o tema.

(Segue-se exibição de imagens.)

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 representa o primeiro passo para formular a política fiscal do Governo Federal para o ano de 2007, porque informa a sociedade e o mercado dos objetivos e das diretrizes que nortearão as decisões do ano que vem.

Quanto ao objetivo de estabilização da dívida líquida no médio prazo, propomos a manutenção do compromisso do Governo com o cumprimento da meta de resultado primário para o setor público consolidado de 4% e 25% do Produto Interno Bruto até 2009.

Também já está incorporada à proposta a contribuição dada por esta Comissão e depois pelo Congresso Nacional para a regra de reajuste do salário mínimo, ou seja, uma correção real igual à variação do PIB *per capita*. Essa modificação foi introduzida há 2 anos pela Comissão de Orçamento. Em alguns momentos o Governo, em acordo com o Congresso, deliberou reajuste maior, mas isso garante, pelo menos, um reajuste mínimo e real do salário.

No intuito de possibilitar a execução dos investimentos, também foi proposta regra mais flexível para execução provisória do Orçamento caso ele não seja aprovado até 31 de dezembro de 2006.

Esse é um quadro muito conhecido, pois consta da mensagem que encaminhou a proposta da LDO ao Congresso. Ele mostra os parâmetros econômicos e o cenário econômico desenhado para os próximos anos. Pressupõe-se crescimento da economia superior ao observado nos últimos anos para o período de 2006 a 2009, perfeitamente compatível com a meta de superávit primário para o setor público consolidado em 4,25% do PIB, o que nos permite projetar queda na relação dívida líquida/PIB no período considerado, saindo de 50,6%, em 2006, para 44,2%, em 2009. Há nesse quadro os elementos e o gráfico que mostram a evolução da relação dívida/PIB e o resultado primário.



Em relação à meta de superávit primário do Governo Federal — orçamento fiscal, seguridade social e empresas estatais — de 3,15% do PIB, vale dizer que ela também foi perseguida em exercícios anteriores, sendo que, em 2005, foi superada e atingiu 3,56% do PIB. Isso demonstra a consistência e a viabilidade da meta proposta, o que possibilita ao Governo a adoção de medidas de redução da carga tributária no ano passado, sem prejudicar o andamento dos investimentos e dos demais programas para este ano e para o próximo.

Ressalto também que a trajetória de queda no resultado nominal é sinal de melhora geral no cenário econômico, influenciado pela redução da dívida líquida e associado à queda de juros, resultado da eficácia dos mecanismos de controle da inflação adotados pelo Governo. Na verdade, o número oficial não expressa isso, mas não é de se desprezar a possibilidade de termos resultado nominal menor do que 3% neste ano.

Estamos propondo também uma mudança na regra de controle das despesas correntes. No ano passado, nossa proposta foi o estabelecimento de um teto de 17% do PIB para as despesas correntes. Isso foi objeto de acirrado debate nesta Comissão. Avaliamos que não conseguimos a eficácia esperada, haja vista o conjunto de exceções fixadas na LDO, algumas de iniciativa do Governo e outras do Congresso, por meio desta Comissão.

Propomos, então, o aperfeiçoamento dessa regra de controle, com o estabelecimento de uma redução em relação ao ano anterior, com base na participação dessas despesas no Orçamento, em vez da fixação de limite máximo referenciado no PIB. Ou seja, estamos propondo que as despesas correntes no ano que vem sejam reduzidas em pelo menos 0,1% do PIB, em relação à estimativa de gastos deste ano.

Para as despesas com pessoal, estamos propondo regras para disciplinar o processo de planejamento para a política de recursos humanos do Governo, antecipando a discussão sobre a criação, a reestruturação ou a alteração de carreiras ou cargos até o final de julho deste ano. Assim, obtêm-se maior controle sobre os gastos e melhoria no processo de planejamento fiscal. Essa regra exige que, para haver impacto orçamentário no ano que vem, os projetos deverão ser encaminhados até final de julho deste ano.



Para as despesas com benefícios ao servidor, estamos propondo regra para disciplinar os reajustes, de forma a atingir maior equidade na concessão, evitando o aprofundamento das distorções que verificamos e que os benefícios se transformem, na prática, em salários indiretos, o que causa enormes disparidades. Propomos que os benefícios para o servidor sejam reajustados somente quando estiverem abaixo da média do conjunto do serviço público. Ou seja, é uma forma de reajustar os benefícios de quem está ganhando menos e conter aqueles benefícios que estão acima da média. Em alguns casos, como bem sabem os Parlamentares, há benefícios muito acima da média.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS - Sr. Ministro, não estou entendendo esse quadro. Solicito a V.Exa. que nos explique melhor.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Pois não, Deputado Ronaldo Dimas. Indago se V.Exas. já receberam cópia do material.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Ainda não recebemos nada.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Deputado Ronaldo Dimas, ainda estamos providenciando cópias do material, mas devo dizer a V.Exa. que naquele gráfico apresentamos demonstrativo dos valores pagos a título de auxílio-alimentação, no primeiro conjunto de barras. Se V.Exa. bem observar, aquela barra vermelha mostra os valores concedidos pelo Poder Legislativo; a barra amarela refere-se aos números do Judiciário; a barra verde revela os gastos do Ministério Público da União. A média geral registra o valor do benefício de 460 reais.

Na prática, estamos dizendo que nossa pretensão é a de que os órgãos que estejam pagando valores acima da média não sejam contemplados com reajustes. Aqueles que se situarem abaixo, evidentemente mercê da aprovação do Congresso, merecerão os reajustes porventura deliberados. Haverá migração para situação de maior equidade. Devemos evitar essas disparidades.

O mesmo estamos prevendo para o auxílio-creche e a assistência médica. Há disparidades. Demos alguns exemplos, mas entres os Poderes há bastantes disparidades. Não estamos propondo a redução de qualquer benefício, mas apenas que haja regra que nos permita maior equidade.

Também propomos que o projeto piloto de investimentos, que, no ano passado e neste ano, contou com recursos no valor de 0,15% do PIB, seja de 0,2%



no próximo ano. Portanto, a estimativa é de aproximadamente 4 bilhões e 600 milhões de reais. Seria um aumento de quase 50% em relação a este ano.

Na sequência, eu gostaria de fazer uma demonstração das despesas correntes, para justificar e defender nossa proposta de redução de 0,1% do PIB.

Esse gráfico mostra a evolução das despesas correntes nos últimos 10 anos. Verificamos aqui que as despesas correntes, excetuadas as previdenciárias — estas estão indicadas pela cor amarela —, têm certa estabilidade há 10 anos. Há períodos de aumento e outros de redução, mas poderíamos dizer que tais despesas se situam em cerca de 10 pontos percentuais do PIB, desde 1995. Portanto, já se vão 11 anos.

Ainda quanto ao gráfico apresentado, a barra amarela apresenta a evolução das despesas da Previdência Social — aí sim está o aumento mais consistente. Separamos esses dados para estimular a reflexão sobre a questão previdenciária.

Esse outro gráfico nos mostra a evolução das receitas administradas, aquelas cobradas, recolhidas e administradas pela Receita Federal.

Há uma evolução notável e conhecida deste Congresso e desta Comissão, que demonstra realmente um crescimento, o qual, inclusive, continua durante o ano de 2005. Também devemos estimular a reflexão sobre esses dados, pois reconhecemos que houve expressivo aumento da carga tributária, especificamente na questão das receitas administradas. Portanto, precisamos continuar no esforço para reduzir a carga tributária ou, pelo menos, para estabilizá-la num primeiro momento, tentando fazê-la retroceder posteriormente.

Reconhecemos o avanço da carga tributária sobre a sociedade, em particular nesse período de 10 ou 11 anos. Efetivamente, vimos adotando medidas para a redução a partir de 2004, as quais podem ser notadas em diversas áreas. Se avaliarmos o que houve de redução da carga tributária de 2004 até hoje, o impacto nas receitas deste ano é de aproximadamente 19 bilhões de reais. Portanto, estamos fazendo esse esforço, mas reconhecemos que é necessário avanço ainda maior.

Esse outro quadro apresenta as áreas objeto de redução ou desoneração. Lembro o seguinte: depois que mandamos a proposta da LDO para o Congresso Nacional, foram aprovadas nesta Casa medidas — em sua maioria por proposição inicial do Governo e com modificações do Congresso Nacional — que equivalem a



aproximadamente 6,5 bilhões de reais de desoneração. Isso ocorrerá após a aprovação da proposta de orçamento, o que se deu apenas no mês passado. Portanto, é uma demonstração inequívoca de que reconhecemos o peso da carga tributária e de que queremos continuar esforçando-nos para reduzi-la.

Sr. Presidente Gilmar Machado, gostaria de encerrar minha intervenção. Fiz uma exposição de caráter geral, atendendo à solicitação de V.Exa. no sentido de que eu fosse breve. Coloco-me à disposição da Comissão, para o debate.

Agradeço aos Parlamentares o convite para a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - A lista de inscrição está aberta. Vamos iniciar imediatamente o período de debates. Peço um pouco de paciência aos Deputados. A Presidência já está providenciando as cópias para que todos possam ter acesso ao material apresentado pelo Ministro Paulo Bernardo.

Em obediência ao nosso Regimento, concedo a palavra, pelo tempo de 5 minutos, ao primeiro Parlamentar inscrito, Deputado Sérgio Miranda.

Solicito ao Plenário que mantenha a tranquilidade, para que possamos ouvir as considerações dos Parlamentares e do Sr. Ministro.

Informo ainda que o Relator concordou em ouvir primeiramente os Parlamentares. Só depois então S.Exa. fará considerações e observações.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - A Presidência ouvirá em bloco os Parlamentares inscritos para fazer as indagações ao Sr. Ministro, para ganharmos tempo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Ouviremos os Parlamentares em bloco. A cada 3 intervenções, franquearemos a palavra ao Sr. Ministro. Se o Relator desejar, poderá igualmente intervir.

Com a palavra, então, o primeiro inscrito, Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, caros colegas, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, é sempre um prazer ter nosso colega Ministro Paulo Bernardo nesta Comissão. Há temas de natureza macroeconômica a serem abordados, mas eu gostaria de tratar de algumas questões concretas que estão em pauta, tal como a Operação Sanguessuga. Devo



dizer que isso diz respeito à LDO, porque se trata de transferências voluntárias. Diz respeito também às subvenções sociais e aos auxílios, que serão objeto do próximo escândalo. Já está pautado e vai aparecer também nas páginas dos jornais.

Espanto-me porque, na minha opinião, houve falha no controle interno do Ministério quanto à apuração dos fatos. O sistema de controle de convênios não tem a prestação de contas dos Prefeitos. O SIASG, que deveria cumprir esse papel, não faz essa exigência quando a hipótese é de transferência voluntária para determinada prefeitura. As firmas beneficiadas pela transferência desse dinheiro federal não aparecem em qualquer sistema de informação que possa dar publicidade. Quanto à questão de se conceder senha para que o Deputado possa entrar no sistema do Ministério, sinceramente, eu não sabia, mas, ontem, indaguei ao pessoal do meu gabinete, e soube que realmente tínhamos a senha.

Pergunta: essa senha é uma forma de comunicar aos Parlamentares? Será que isso não poderia ser feito institucionalmente pela Comissão Mista? É a divisão dos guarda-chuvas. Por que não enviar um ofício à Comissão Mista e dar transparência às transferências? Por que apenas se concede uma senha para acesso ao sistema informativo? Essa é a questão da democratização das informações para realização dos convênios.

No tocante aos convênios para entidades assistenciais, acompanho há algum tempo essas transferências e sei que as permissões se ampliam cada vez mais na LDO. Antes, os convênios eram vinculados a um registro no Conselho Nacional de Saúde, mas agora está previsto o seguinte: *"(...) sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica ou assistencial"*. Ora, somente o fato de serem vinculadas a organismos internacionais já credencia determinadas entidades a receber transferências da União? Eu gostaria, Sr. Ministro, de fazer um debate maior, para sabermos como coibir práticas como essa na LDO.

Quanto às questões macroeconômicas, de forma objetiva quero perguntar a V.Exa. a respeito da questão do 0,1%. O §2º diz: *"(...) dotações autorizadas para despesa corrente primária"*. O que vale: o PL ou a execução? Despesas autorizadas são o PL mais o crédito? Vai ser apurado quando? Quando se fixará um valor nominal no Orçamento? É apenas para o PL que virá, ou valerá para a execução de 2007? O texto diz claramente: *"Em relação ao estimado para 2006"*. As dotações autorizadas seriam o PL mais o crédito ou a execução?



No § 3º, quanto à inovação pretendida, o que se entende por “*propostas de atos que devem necessariamente ser encaminhadas ao Ministério do Planejamento para que haja manifestação sobre adequação orçamentária e financeira*”? O que é proposta de ato? Isso vale para os Poderes Legislativo e Judiciário? Isso vale para projeto de lei apresentado por Parlamentar?

A questão do PPI. O Ministro ressalta que essa previsão aumentou para 4 bilhões e 900 milhões de reais. O PPI teve essa autorização especial porque o argumento é o de que não fazia parte dos investimentos normais. Seria um desconto do superávit primário autorizado pelo acordo com o FMI. Por isso, para o PPI incidem regras especiais e prioridades na execução em relação aos outros investimentos, o que praticamente não foi alterado pelo Congresso Nacional. Ora, se o valor não é abatido, torna-se um investimento como outro qualquer. Vai-se ou não abater o PPI do superávit primário?

Para concluir, a questão dos Restos a Pagar. De Restos a Pagar discricionários chegamos a 16 bilhões. No total, segundo o relatório de gestão fiscal, chega-se a mais de 33 bilhões. Retirando-se o financeiro e o obrigatório, restam para investimento cerca de 11 bilhões. Esse valor vem do ano passado. Na concepção de resultado primário não deveria vir também a arrecadação que dava sustentação a essa despesa? Ora, vamos ter o orçamento deste ano para investimento reduzido em 11 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Lamento interromper V.Exa., mas tenho que cumprir o Regimento, para que todos possam participar.

Concedo a palavra, por até 5 minutos, ao Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Ministro, em primeiro lugar, gostaria de registrar que os parâmetros macroeconômicos da LDO caracterizam a saudável situação em que se encontra a economia brasileira. Penso que, no atual Governo, houve alguns avanços fundamentais para consolidarmos um patamar de desenvolvimento econômico que permitisse crescimento econômico mais sustentável. Resolvermos bem o setor externo da economia brasileira. O tema dominante nas décadas de 80 e 90 foi a dívida externa brasileira, hoje colocado de lado.

Ouvi com muita satisfação o pronunciamento do Governo do Presidente Lula no sentido de saldar os compromissos com o Fundo Monetário Internacional, fato



que afirma nossa soberania. Embora sejamos ainda participantes do Fundo, não mais dele dependemos umbilicalmente, não mais nos submetemos, tal como no passado, às orientações e determinações daquele agente financeiro.

É fato também que continuamos a trabalhar com responsabilidade fiscal na gestão da economia brasileira. Estão aí os resultados extremamente positivos na balança comercial brasileira e a redução relativa do endividamento externo, assim como a manutenção de reservas internacionais da ordem de 50 bilhões de dólares, o que nos dá conforto, segurança e reduz a vulnerabilidade da economia brasileira às crises e às flutuações no sistema internacional.

Por outro lado, atingimos objetivos extremamente positivos no que diz respeito ao controle inflacionário, o que nos permite pensar em redução significativa da taxa de juros brasileira. Todos desejamos que as taxas básicas se reduzam ainda mais, para que tenhamos uma taxa de juros real em nosso País, que se aproxime das praticadas pelos países desenvolvidos. Reduzir juros significa reduzir os serviços da dívida interna e, portanto, gerar mais recursos para investimentos e gastos sociais.

Vejo com satisfação o fato de que a economia neste ano revela grande capacidade de recuperação. Os resultados do primeiro trimestre deste ano indicam perspectiva de crescimento que poderá situar-se no patamar de 4% ou 5% do PIB, o que é muito positivo.

É importante ainda que, ao crescer, a economia gere mais empregos do que se observou no passado. O fato de termos acumulado até agora uma perspectiva de cerca de 4 milhões de novos empregos com carteira assinada, segundo os dados do CAJED, deve ser celebrado, porque essa é questão essencial.

Parece-me interessante que a economia revele componente distinto do que aconteceu no passado. Pela primeira vez em muitos anos, o crescimento econômico é puxado também pela dinâmica do mercado interno, sobretudo pela elevação significativa do poder aquisitivo das classes D e E de consumo na sociedade brasileira. Esse é um fato novo na economia brasileira. Devemos zelar por ele com muito carinho, porque significa que podemos crescer e distribuir renda simultaneamente, o grande objetivo de todos os brasileiros, inconformados que somos com as diferenças sociais graves do País.



Também com satisfação ouvi que, ao contrário do discurso de muitos economistas e de setores da mídia, as despesas correntes da economia brasileira têm-se revelado estáveis. Preocupamo-nos apenas com as despesas previdenciárias, como demonstrou o Ministro, as quais devem ser objeto de nossa reflexão. Ao mesmo tempo que desejamos que os assalariados brasileiros continuem a se aposentar com garantias plenas de remuneração digna, sejam eles do serviço público, sejam eles do setor privado, é de se ressaltar como crescem as despesas da Previdência em relação ao PIB, o que revela a necessidade de também nesta Comissão de Orçamento discutirmos o tema.

Houve certa incompreensão no que diz respeito à mudança no tratamento orçamentário sobre as despesas, mas há que se ressaltar que o dispositivo da LDO anterior era inócuo, difícil de se aplicar. Mas há um objetivo, uma meta a ser fixada no que diz respeito à redução de despesas da União.

Para concluir, gostaria de me dirigir ao Ministro para dizer que há um esforço do Congresso Nacional no sentido de disciplinar melhor a elaboração da peça orçamentária. Há uma comissão de Deputados e Senadores trabalhando, e já há contribuições para se consolidar projeto que melhore a tramitação do Orçamento. Uma questão é essencial, penso eu, qual seja a das despesas de natureza obrigatória. É importante que pactuemos neste ano e avancemos na definição de uma política de recuperação do salário mínimo, para que a peça orçamentária já incorpore a questão como essencial e não fiquemos no Congresso com desafio muito grande no que diz respeito à revisão da receita prevista.

Em segundo lugar, devo citar a questão da Lei Kandir, da compensação pela desoneração das exportações. É preciso resolver essas 2 questões estruturais, para trabalharmos o Orçamento de maneira mais consistente, permitindo-nos aprová-lo em tempo hábil, o que é fundamental para todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Peço a compreensão aos Parlamentares quanto às exigências desta Presidência, para que todos possam participar com tranquilidade dos debates.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Obrigada, Sr. Presidente. Bom-dia, Sr. Ministro. Acredito que seja de extrema valia o comparecimento de V.Exa. a esta Comissão, principalmente neste momento, em que o Congresso discute novos parâmetros para organização da peça orçamentária, evitando equívocos ou mesmo



diminuindo facilitações para o mal uso dos recursos públicos. Julgo que seja também consensual a visibilidade do esforço que o Ministério do Planejamento e o Governo vêm fazendo para permeabilizar melhor o debate sobre a economia.

Na verdade, precisamos crescer mais, para distribuir melhor a renda. Talvez pudéssemos pensar em parâmetros menos conservadores do que os que enxergo ainda nessa planilha com os dados para 2007.

Sr. Ministro, por dever de ofício, dirijo-me a V.Exa. nesta reunião na condição de servidora pública, representante de servidores públicos e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Rodoviária Federal, cuja federação se faz presente a esta reunião.

Gostaria de esclarecer alguns pontos relativos à despesa com benefícios pagos ao servidor. Primeiro, o *slide* apresentado revela que, até o dia 27 de junho, devemos encaminhar as propostas de planos de carreira a serem votados até 2007. Mas temos informações de que, para entrar em vigor ainda neste ano, os projetos devem ser votados até o dia 30 de junho. Aguardo a resposta de V.Exa., mas está havendo confusão de datas.

Seria muito importante esse esclarecimento, porque temos notícia de que há enorme esforço, esforço reconhecido inclusive pelos componentes das mesas de negociação montadas pelo Governo. E de que, efetivamente, 30 planos estariam prontos para serem enviados à Câmara dos Deputados, oriundos da Casa Civil, após passar pelo Planejamento. Gostaria de saber se isso é verdade.

Sr. Ministro, a Polícia Rodoviária Federal é uma corporação que não tem plano. Neste ano, após a ida de V.Exa. para o Ministério, conseguimos montar uma mesa de negociação com a PRF, mas a negociação está paralisada há um mês. Na semana passada, estivemos com o Secretário-Executivo do Ministério, Dr. João Bernardo, que nos garantiu que a mesa seria remontada.

Do plano da Polícia Rodoviária Federal só resta a tabela salarial, que não causa impacto financeiro além do previsto no Orçamento para este ano. Portanto, estamos aqui a perguntar e ao mesmo tempo a apelar a V.Exa. no sentido de que, entre esses 30 projetos, seja incluído o da Polícia Rodoviária Federal, corporação que combate o roubo de cargas, o narcotráfico. Não é uma polícia judiciária, mas de policiamento ostensivo. Peço a V.Exa. que inclua esse plano na cesta dos 30 planos que serão enviados ao Congresso Nacional, para que se possa efetivamente



melhorar cada vez mais a relação das categorias com o Ministério do Planejamento e com o Governo Federal, perpassando a barreira do descontentamento com a reforma da Previdência, iniciando novo tempo na relação do serviço público com nosso Governo.

A expectativa é essa. A reivindicação, efetivamente, é que o plano de carreira da PRF ainda possa ser inserido até 30 de junho no conjunto de 30 planos. Gostaria de ouvir V.Exa., pois estamos tendo dificuldade de reunir a comissão de negociação com a Polícia Rodoviária Federal criada por meio de portaria, por V.Exa.

Diante do quadro das despesas previdenciárias, gostaria de saber se está nos planos do Governo, pois não se encontra neste projeto, para a próxima gestão nova reforma da Previdência. É um temor dos servidores públicos, e seria interessante que qualquer tipo de modificação previdenciária pudesse ser preliminarmente discutida, para que todos saiam ganhando, especialmente as contas do País, na maior vitória trabalhista de todos os tempos no mundo: o pacto que representa a previdência pública.

Portanto, Sr. Ministro, vamos atender à Polícia Rodoviária Federal, que faz jus ao plano de carreira pretendido, pois é uma das poucas categorias que não conseguiu implementá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputada Alice Portugal.

Como havíamos combinado, após 3 intervenções dos Srs. Parlamentares, o Sr. Ministro Paulo Bernardo fará as considerações pertinentes.

Com a palavra o Ministro Paulo Bernardo.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Agradeço aos Deputados Sérgio Miranda, Jorge Bittar e Alice Portugal as indagações. Vou procurar respondê-las de forma objetiva. O Deputado Sérgio Miranda mencionou a questão da Operação Sanguessuga e questiona os critérios de repasses voluntários por meio de auxílios e subvenções. Digo ao Deputado Sérgio Miranda — militamos juntos nesta Comissão —, em primeiro lugar, que não acredito que haja 100 ou 150 Parlamentares, como se noticia, envolvidos em irregularidades. Também me parece que, em razão do que foi divulgado, precisamos examinar mais detidamente os repasses, porque, com certeza, está ocorrendo alguma coisa.



Devo lembrar que, além de outros mecanismos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias contém gama bastante ampla de mecanismos de controle e de proposta de fiscalização dos repasses. Uma boa parcela, talvez a maior parcela, foi resultado da contribuição da Comissão de Orçamento e do Congresso Nacional, implementada, particularmente, depois do escândalo em 1992 e 1993. O Congresso introduziu vários mecanismos para o controle, e é preciso avaliarmos a possibilidade de melhorar essa fiscalização.

Quando V.Exa. diz que há falhas no sistema de controle, quero discordar. Todas as notícias revelam que os problemas foram detectados inicialmente pela Controladoria-Geral da União, que percebeu e transformou indícios em denúncias, as quais são objeto de investigação da Polícia Federal há 2 anos. Os controles estão funcionando. Acho que devemos ver que mecanismos temos para controlar isso no atacado e eliminar todas as possibilidades de evitar eventuais maracutaias em série. Nunca vamos conseguir evitar que aconteça alguma irregularidade, mas há a Controladoria, o Tribunal de Contas e o Ministério Público, enfim, os órgãos de controle.

Acho que é bem-vinda a idéia de V.Exa. de rever tais mecanismos. De nossa parte, estamos trabalhando com algumas mudanças. O Governo Federal editou decreto — o Presidente Lula já tinha determinado no ano passado — sobre a compra preferencial por pregão eletrônico. Quem não o fizer deve justificar. Mas agora já temos decreto que determina que entes federativos e entidades do terceiro setor, ONGs, que fazem compras com recursos públicos também tenham que comprar dessa maneira.

É necessário agora — já estamos quase prontos — baixar uma portaria, porque não vamos obrigar todos ao mesmo tempo, até porque o controle será muito difícil. É preciso treinar servidores e pessoas que trabalhem nessas entidades. Estamos prestes a editar uma portaria, para escalonar a entrada no sistema obrigatório de compra por pregão eletrônico. Por exemplo, no caso das ambulâncias, se a portaria já estivesse em vigor, a compra teria que passar exclusivamente por pregão eletrônico. Pode ser que haja algum problema, mas reduziria em muito a possibilidade.



Acho que é um caso que deve ser da Controladoria, dos órgãos de controle. Então, vamos fazer nos próximos dias a portaria que regulamenta a exigência. Será uma portaria conjunta entre o Ministério da Fazenda e o do Planejamento.

Com relação à senha de acesso ao SIAFI, acho que fui um dos primeiros Parlamentares na Câmara dos Deputados...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Não me referi à senha do SIAFI, pois esse é um sistema de controle. Eu me referi à senha de acesso ao programa no Ministério da Saúde.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Eu não sabia disso. Quanto à senha do SIAFI, achamos que o acesso deve ser ampliado. Estamos fazendo convênios e vamos disponibilizar para as ONGs o acesso ao SIAFI, pois achamos razoável. Não fizemos antes em razão de problema operacional, logístico, mas vamos ampliar o acesso ao SIAFI por meio de entidades não-governamentais.

Com relação à redução de 0,1%, talvez a proposta deva ser melhor explicitada. Queremos diminuição equivalente a esse percentual do Produto Interno Bruto nas despesas correntes deste ano para o ano que vem. Como faríamos isso? Quando da proposta orçamentária, vamos estimar quanto será a despesa corrente deste ano, colocando na estimativa a redução. A idéia é calibrar esse número quando da execução.

Já conversei sobre essa hipótese com o Senador Romero Jucá. Acho que podemos aperfeiçoar esses mecanismos e garantir o controle das despesas correntes, para que o Congresso possa se certificar de que tal redução está ocorrendo.

Em relação ao PPI, não há alteração. A LDO vem com o mesmo texto inserido nas 2 leis anteriores. Ou seja, falamos sobre a possibilidade de termos um conjunto de projetos executados sem a necessidade de impactar o superávit primário.

No anos anteriores, superamos a meta de superávit e, portanto, a proposta foi absolutamente irrelevante. Para este ano temos um compromisso que foi alvo de polêmica na mídia — e tenho dito que isso é cláusula pétrea —, qual seja, o de superávit de 4,25% do PIB. Em hipótese alguma será menor. Pode ser maior, normalmente é, até porque temos que trabalhar com uma certa margem de acerto. Por exemplo, os Estados e Municípios estão executando seus orçamentos de



maneira a nos levar a um resultado menor do que aquele projetado. Mas não podemos determinar que Estados e Municípios tenham esse ou aquele resultado primário; portanto, o Governo Federal já anunciou que vai mirar em um superávit 0,2% a mais que o PIB, para se garantir, caso haja uma redução muito grande no resultado de Estados e Municípios.

Repito que não há modificação em relação a esse aspecto.

No tocante à rubrica *Restos a Pagar*, V.Exa. levanta uma questão importante, pois deveria haver dinheiro reservado para esse fim. Porém, parece-me que isso depende de modificação na legislação orçamentária. Acho que está na hora de discutirmos essas mudanças. De qualquer forma, devo dizer que o volume grande em *Restos a Pagar* se dá em razão dos claros indícios e indicativos do Congresso de que não conseguiríamos aprovar o Orçamento. Portanto, fizemos um planejamento para manter nossos investimentos em execução. Essa foi a principal razão.

Com relação às questões levantadas pelo Deputado Jorge Bittar, quero dizer que concordo com S.Exa. É sempre importante ressaltar que, quando do processo eleitoral em 2002, o grande debate se travava sobre as vulnerabilidades externas do Brasil, ou seja, como fazer para reduzi-las, assim como havia no ar a expectativa de que o Risco Brasil ultrapassasse a casa dos 2.400 pontos, com grande alta do dólar, inflação fora de controle etc. etc.

Então, acho que o Governo do Presidente Lula avançou muito. Acabamos praticamente com a vulnerabilidade externa — fato é que ninguém mais fala sobre isso. O Risco Brasil está na casa dos 215 a 230 pontos. E acho que, se ele ainda se encontra nesse patamar, é porque estamos próximos das eleições. Assim que passarem as eleições, esse índice vai despencar.

Há uma situação em crescimento econômico. Os jornais falam sobre 4,5% e até 5% de crescimento. Os analistas avaliam com otimismo o desempenho do segundo e terceiro trimestres. A inflação está controlada e, provavelmente, teremos uma taxa de crescimento maior do que a taxa de inflação este ano, coisa rara.

Estamos em situação confortável quanto a nossas reservas. Pagamos o FMI e as dívidas remanescentes da década de 1980.

Acho, Deputado Jorge Bittar, que devemos prosseguir nesse caminho. O próximo Governo, seja o do Presidente Lula ou de outro candidato, tem como



desafio continuar garantindo para a economia brasileira condições de bom funcionamento e previsibilidade das regras, no sentido de uma constante melhora do ambiente de negócios. É um grande desafio.

O Congresso vai discutir a questão orçamentária. Quero participar desses debates e acho importante a discussão sobre como podemos garantir mais estabilidade às regras. É importante discutirmos o ajuste fiscal sob uma perspectiva de mais longo prazo, para os próximos 8 ou 10 anos. Vamos levar em consideração essas ponderações do Deputado Sérgio Miranda, mas acho importante termos regras claras e previsíveis para os próximos períodos, a fim de que as pessoas que queiram investir, assim como os Parlamentares que farão os debates, saibam o que vai acontecer daqui a 2, 3, 4 anos. Não é questão de apenas de governo; ela interessa a todo o País.

Com relação ao que disse V.Exa. sobre o salário mínimo, concordo em que ele teve realmente ganho real quando levamos em consideração o PIB *per capita*. Foi um avanço. Se tivermos uma forma de fazer isso com mais prazo, seria bom. O Senador Romero Jucá já disse que quer discutir a Lei Kandir na Comissão, para ver como podemos regulamentá-la.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Informo ao Ministro que há uma Comissão da Câmara dos Deputados tratando do salário mínimo. Trata-se de excelente oportunidade para pactuarmos uma perspectiva de crescimento estável e previsível do seu valor real.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - O Ministro já está concluindo?

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Em suma, esse foi um grande mecanismo de incentivo ao crescimento das exportações. Isso de fato aconteceu. As exportações do Brasil estão indo muito bem. Elas, com certeza, foram ajudadas pela Lei Kandir. As empresas se adequaram ao processo produtivo. Mas temos de avançar ainda mais na questão do salário mínimo.

Quanto à reorganização do Orçamento, de que também falou a Deputada Alice, devo dizer que este é um bom momento para discuti-lo. O Poder Executivo gostaria de acompanhar esse debate e, na medida do possível, dele participar.



No que diz respeito aos servidores, Deputada Alice Portugal, gostaria de dizer que a Lei Eleitoral exige que o projeto de reajuste salarial seja aprovado até 30 de junho. É uma exigência eleitoral. Estamos colocando na nossa proposta de LDO um dispositivo de caráter fiscal, que não é para ano eleitoral; é para qualquer ano. Nós estamos dizendo que o projeto, para ter impacto no Orçamento do próximo ano, na despesa de pessoal, tem de ser remetido ao Congresso Nacional até o dia 29 de junho. O Senador Romero Jucá já me disse que acha que essa data talvez devesse ser melhorada. É uma discussão aberta. A questão de 30 de junho é uma lei. Essa de 29 de julho é uma proposta que estamos plenamente abertos para debater. Nós, de fato, temos cerca de 30 projetos referentes a pessoal que estão ainda em planejamento. Foi acertado isto no âmbito do Governo: nós seguraríamos no Planejamento até a sanção do Orçamento. Provavelmente, o Orçamento será sancionado na segunda-feira, acredito. O Presidente viajou, voltará no domingo. Portanto, a partir daí nós vamos — não sei se todos de uma vez — começar a enviar esses projetos para o Congresso Nacional, inclusive o referente à Polícia Rodoviária Federal, o qual S.Exa. me cobrou incisivamente.

Quanto à Previdência Social, evidentemente, não posso me estender muito. Queria dizer apenas o seguinte. A Previdência Social é motivo de preocupação. Ninguém é ingênuo de achar que, com uma despesa, com um déficit de 44 bilhões ao ano, nós não vamos ficar atentos a ela, prestarmos atenção a ela. Estamos o tempo todo investindo para melhorar o processo de gestão da Previdência Social, para melhorar a receita, a qualidade do gasto, recadastrar e verificar. Havia aquele problema do Auxílio-Doença. Acho que começou a retroceder o impacto dessa despesa. Com relação à reforma, não há decisão alguma no Governo. Se nós olharmos o horizonte da Previdência e as condições demográficas do País, veremos que alguma reforma tem de ser feita. Mudanças devem ser feitas, não sei em que profundidade. Ainda não temos essa decisão. Mas queremos continuar investindo para melhorar a gestão, até porque toda vez que se fala em reforma da Previdência, os trabalhadores dizem que tínhamos de acabar com os ralos e melhorar a gestão. Portanto, esse é um ponto preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Sr. Ministro.



Para réplica, concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda. S.Exa. disporá de 2 minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Ministro, quando eu discuti a questão do controle interno, eu quis dizer que o Ministério da Saúde comprou ambulâncias diretamente da PLANAN. O Ministério não tem mecanismo algum para avaliar o custo dessas ambulâncias nas licitações das Prefeituras?

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Se comprou depois de julho foi com pregão eletrônico; eles não podem comprar sem pregão eletrônico.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Eu não sei quando foi; só sei que já comprou.

Como é que se vende uma ambulância para o Ministério por um valor x e se vende a mesma ambulância por 3x para a Prefeitura? O Ministério deveria ter feito levantamento disso.

A segunda questão: por que no SIASG as despesas daqueles entes, ou privados ou públicos, que recebem transferências, não ficam incluídas? Deveriam constar dessa prestação de contas. Se controlássemos isso, ficaríamos perplexos: a empresa do Mato Grosso vendendo ambulância para a Paraíba, para a Bahia, para São Paulo...

O gráfico, quando se discute a despesa entre a Previdência, é distorcido, Ministro, porque a Previdência tem receita própria. Não dá para discutir receita administrada, que não inclui a receita da Previdência. Quando aparece a comparação das despesas, tem de se descontar da receita da Previdência a despesa e incorporar apenas a parte do Tesouro, que vai da receita administrada. É apenas essa diferença.

Ora, se mantém nesse estado a despesa corrente e, de certa forma, a despesa da Previdência, o chamado déficit é de 1,8%. Então o crescimento da despesa corrente não é da Previdência.

Eram essas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Eu concordo com as ponderações do Deputado Sérgio Miranda. Talvez não no SIASG, mas nesse portal da transparência, que tem sido bastante desenvolvido, poderíamos acrescentar



elementos para permitir esse tipo de consulta que S.Exa. sugere. Vou levar essa ponderação para o Governo, para vermos como podemos ajudar nisso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - A Deputada Alice Portugal deseja a réplica?

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sr. Ministro, espero que terminemos as negociações com a Polícia Rodoviária Federal. Falta pouco para que esse projeto da PRF possa seguir com os demais, nessa cesta dos 30 planos a serem enviados a esta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Ministro, evidentemente não temos tempo suficiente para fazer uma análise político-econômica para poder dialogar um pouco com os Deputados do PT que vêem no País um surto de crescimento tão fantástico, tão otimista, que, infelizmente, absolutamente não observamos. Os últimos dados do Banco Central são de 3,5% de crescimento do PIB, não são 4%, 4,5% ou mesmo 5%, como alguns continuam a dizer.

Há setores da economia que enfrentam graves problemas, particularmente aqueles que dependem da exportação. Fábricas estão se instalando em outros países para produzir os mesmos produtos que produziam aqui para ter competitividade na exportação.

Uma vez que não posso falar de todos esse temas, vou falar de um apenas, que está na ordem do dia, Sr. Ministro: a crise na agricultura, que é extremamente grave e conhecida por todos. Há movimentos muito sérios e fortes dos produtores em todo o País. Quero saber qual a ação da área econômica do Governo no sentido de enfrentar a questão da agricultura.

O segundo ponto, Sr. Ministro: Previdência. Os dados trazidos por V.Exa. mostram que o crescimento do déficit previdenciário, entre 1995 e 2002, foi de 1,6% do PIB. Se dividirmos esse valor por 7 — que corresponde ao número de anos —, teremos 0,22% de média ao ano. De 2002 a 2005, ou seja, em 3 anos, houve aumento de 1,2%, o que corresponde a 0,4% ao ano. Assim, o acréscimo de 0,22% ao ano, nos últimos 3 anos, passou para 0,4% do PIB ao ano. Isso significa que, nesse diapasão, daqui a 10 anos teremos mais 4% e a Previdência superará



inclusive as demais despesas correntes, que têm tido média de 10% nos últimos anos. Qual ação do Ministério, do Governo para enfrentar o problema do déficit previdenciário e, de fato, baixá-lo? Parece-me que, na previsão do PIB para 2006, esperam que se mantenha esse diferencial ou que haja pequena queda. A meu ver, o Governo tem sido omissos em relação a tão grave fato. Ademais, deve-se atentar para outros problemas, tais como os das ambulâncias e dos convênios superfaturados. Infelizmente, o Governo, repito, omitiu-se durante vários anos e não tomou qualquer ação para modernizar sua máquina administrativa. Somente agora está tomando atitudes que poderiam ter sido feitas há alguns anos, assim como o Governo do Estado de São Paulo, que faz o tal do pregão eletrônico em todas as suas compras. Os próprios convênios podem estabelecer como norma ou obrigação que as compras feitas por intermédio deles tenham cláusulas específicas; que não se fique esperando por a ação do TCU, da AGU e de outros organismos de controle, que, quando funcionam, o fazem *a posteriori*, depois que o leite foi derramado. Deve-se fazer com que se institua nos convênios a obrigação de as Prefeituras se responsabilizarem pela forma da compra, quando esta não for efetuada pelo Governo Federal.

Finalmente, o art. 77 da LDO é um ato institucional. Isso só houve na época da ditadura. Se o projeto de lei orçamentário não for sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2006, a programação constante poderá ser executada até o montante das respectivas dotações — é o decurso de prazo. Devemos levar em conta que o Governo não tem o poder de apressar, mas tem o poder de dilatar. Por isso, a qualquer momento, ele simplesmente pode, por determinado interesse — estamos tratando aqui da peça orçamentária para 2007; não estou tratando do Governo do PT nem desse partido, mas, evidentemente, isso vale para qualquer governo —, executar peça orçamentária não discutida pelo Congresso, portanto, não discutida pela sociedade. O Governo pode adotar ações de dilação de prazo e evitar que o Orçamento seja aprovado. Aliás, ele sempre tem maior possibilidade de fazê-lo, já que em tese é maioria no Congresso Nacional.

Portanto, Sr. Ministro, pergunto a V.Exa.: essa idéia saiu da alma de quem? Qual foi a alma autoritária que levou o Governo a incluir o art. 77 neste Orçamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Agradeço ao Deputado Alberto Goldman a participação.



Informo ao Ministro que alguns Parlamentares tiveram de se ausentar porque está havendo votação nominal no plenário. Assim sendo, S.Exas. se dirigem para lá para registrarem seus votos e, logo em seguida, retornam a esta Comissão.

Peço, portanto, desculpas a S.Exa. pelo incômodo.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro, é um prazer tê-lo conosco nesta Comissão; Sr. Relator, Senador Romero Jucá, demais participantes, farei um rápido pingue-pongue.

Sr. Ministro, já existe o valor do contingenciamento? V.Exa. já “botou a tinta na caneta”? A Nação está esperando. Faço essa pergunta em primeira mão a V.Exa.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Eu ouvi dizer que, no relatório do Congresso, o valor era de 20 bilhões de reais.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - V.Exa. confirma isso?

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - O relatório do Congresso diz assim; eu não confirmo. Eu vou lhe responder depois.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pois não. Minha primeira pergunta seria sobre o valor dos recursos a serem contingenciados no Orçamento. Acho que isso é importante para que tenhamos em mente o que deseja o Governo Federal e a sinalização que ele dará com essa atitude.

De igual forma, indago a V.Exa. mais algumas coisas. A Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual previram um montante de 2,8 bilhões de reais para o Projeto Piloto de Investimento. Contudo, só foram realizados 900 milhões de reais em 2005, o que dá mais ou menos 32% de execução sobre o que foi previsto na LOA de 2005. Ora, acho que esse valor é substancialmente inferior ao que foi planejado. Isso significa que o Governo manterá esse parâmetro de atitude neste ano, porque é eleitoral, ou não? Queria saber os motivos da baixa execução do PPI e se essa postura terá continuidade neste ano, ainda que seja um ano eleitoral.

Em segundo lugar, queria saber o seguinte. Tivemos um avanço — e isso foi extremamente bem aceito pela Comissão de Orçamento — no sentido de que a LDO de 2006, em vigor neste ano, previu um limite de arrecadação da carga tributária em 16% da estimativa de receita. Limitamos em 16% a arrecadação. Se houvesse



excesso nessa previsão, iríamos proceder ao envio a esta Casa de um projeto para se discutir onde seriam aplicados esses recursos em excesso — salário mínimo, servidores públicos, visando-se também à diminuição da carga tributária.

Ora, a LDO não está mais prevendo isso, o que considero um retrocesso. Gostaria de confirmar essa informação com V.Exa., porque qualificamos isso como medida extremamente positiva da LDO do ano passado, que vigora este ano.

De igual forma, em relação ao aumento do salário mínimo, estou vendo que, pela exposição de V.Exa., ficou previsto que a manutenção da regra da LDO para o salário mínimo será de INPC mais PIB *per capita*. Muito bem. A LDO de 2006 previu isso, mas a LOA não previu os recursos necessários, tanto que estipulamos aqui o índice de 16,67%. Quem o fez foi Congresso Nacional neste ano. Então, eu queria saber se nós poderemos, para a LOA de 2007, prever os recursos do salário mínimo, no sentido de o Governo já indicar antecipadamente o valor do salário mínimo para o ano de 2007.

De igual forma, em relação à Lei Kandir, também não vi nada nesse sentido. Poderíamos incluir na LDO de 2007 esses recursos da Lei Kandir, para que não repetamos no próximo ano o que ocorreu neste? Houve uma delonga na aprovação do Orçamento em decorrência de alguns fatores, entre os quais o salário mínimo e a Lei Kandir. Esse foi um dos fatores pelos quais o Orçamento não foi aprovado no ano passado, só o foi em 2006, o que fez com que o Governo se atrasasse no tocante ao cumprimento de suas metas.

Por fim, Sr. Ministro, quero agradecer a V.Exa. a atenção, especialmente para com este Parlamentar e a Comissão. Fico sentido em ver que V.Exa. não estará conosco no próximo ano, pelo menos na condição de Parlamentar. De antemão, já demonstro minha tristeza. Na condição de Ministro, V.Exa. talvez tenha de se reportar a alguns de seus aliados de outros partidos, como é o meu caso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Com a palavra o Sr. Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Ministro, inicialmente cumprimento V.Exa. pela presença nesta Casa que V.Exa. já presidiu com tanto brilho e acerto.

Eu me volto para o quadro *Parâmetros Econômicos* e estranho a expressão “*crescimento real do PIB*”. Será que a palavra “real” está empregada de forma



correta? Estranho que o crescimento do PIB seja indicado com o percentual de 0,25% em 2007, 2008 e 2009. Isso me parece mais uma conta de chegar.

Compare V.Exa. o crescimento do PIB. Parece-me que a palavra “real” está indevidamente aplicada, porque, se fosse mesmo crescimento real, ele não teria percentuais iguais nos 4 anos, principalmente quando comparado esse desejo de crescimento do PIB com o decréscimo da dívida do setor público. Parece-me que V.Exa. — aliás, não V.Exa., mas a assessoria de V.Exa. — “chutou” para 2008 e 2009 a redução da dívida do setor público. A redução é modesta de 2005 para 2006; de 2006 para 2007, mas cresce para 2008 e ainda mais para 2009. Será que estão agourando que V.Exa. não estará mais no Ministério nos anos de 2008 e 2009?

Outra estranheza que demonstra que realmente os dados apresentados não têm correlação entre si refere-se à redução das despesas correntes: 0,01%. Ora, 0,01% para o PIB de 2006 é uma coisa; 0,01% para o PIB de 2009 já é outra coisa. Parece-me, Sr. Ministro, que o relatório apresentado pela assessoria de V.Exa. ficou nos devendo o valor não em termos percentuais, mas em termos numéricos, da redução das despesas correntes.

Eram essas as observações que eu tinha a fazer, Sr. Ministro.

Tenho outra observação a fazer, Sr. Presidente, agora ao Relator da LDO.

Sr. Relator da LDO, vi e ouvi, dia desses, V.Exa. afirmar que iria desdobrar o projeto da LDO em 2 partes: uma com as normas transitórias, isto é, as normas para 2007; outra com as normas permanentes. Se V.Exa. fizer isso, acredito que não teremos LDO em 2007, porque tramita na Casa há mais de 10 anos projeto que reformula a Lei nº 4.320, que não sai do papel.

Faria um apelo ao Ministro do Planejamento. O Ministro Martus Tavares jurou de pés juntos nesta Comissão que envidaria todos os esforços para aprovar aquele PL. Mas até hoje, ele não saiu do lugar em que se encontra enterrado.

Eram essas as minhas observações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Encerrada as indagações, vamos passar à fase de respostas do Sr. Ministro. Antes, porém, o Relator, Senador Romero Jucá, vai fazer alguns esclarecimentos.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Ministro, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, vou começar pelo final, pelo observação do Deputado Pedro Novais. Quero dizer que não vamos desmembrar essa LDO. Queremos, da forma em que



está, pegar a parte relativa à legislação permanente, apensar ao projeto que ainda não foi votado e pedir prioridade ao Presidente da Câmara para que seja votado, porque é inadmissível que todo ano tenhamos de fazer uma legislação financeira que terá de ser repetida por conta de o projeto não ser aprovado. Essa é mais uma sinalização política que queremos fazer. Pretendemos discutir isso no plenário quando formos discutir o relatório.

Rapidamente, para encerrar, eu quero dizer que estamos atentos a algumas importantes questões, como a relativa às despesas correntes, a proposta de diminuição de 0,1%. Nós seremos ainda mais rigorosos. Vamos sinalizar com a redução de alguns elementos de despesa, alguns gastos, principalmente de custeio de máquina pública. Acho que essa proposta vai ao encontro dos anseios da população, ao que a sociedade nos cobra: a aprovação automática de 1/12 do Orçamento. Apesar de que em alguns Estados da Federação isso já ocorre, não vamos acatar a proposta como ela veio. Nós queremos discutir. É claro que precisa haver mecanismos para que o País não fique paralisado, mas não se pode ter o raciocínio de que, se o Orçamento não for aprovado, o País vai ficar paralisado. Portanto, temos de ter uma peça que funcione, independentemente da aprovação do Orçamento. Vamos chegar ao meio termo. Mas essa é uma posição que foi muito discutida na ocasião do envio da LDO. A posição da relatoria é de procurar ajustar a proposta do Executivo.

Quanto à questão do benefício dos servidores, é preciso ter um padrão. O Ministro Paulo Bernardo demonstrou a diferença entre Poderes e uma série de benefícios. Nós iremos criar um mecanismo para podermos ser mais justos ao fazer essa partilha, bem como na explicitação de gastos.

Quanto à Lei Kandir, nós entendemos que tem de haver sinalização para que se construa um mecanismo permanente para que todo ano a política de exportação do País fique a depender de entrar ou não no Orçamento uma lei que é anual e que esteja sujeita a uma série de conjunturas. Então tem de haver uma regra permanente. O CONFAZ e o Ministério da Fazenda têm debatido essa questão. Então eu acho que a LDO poderia sinalizar a cobrança de um resultado no qual se apropriassem os valores de ganho de importação e os prejuízos havidos com exportação para se chegar a uma posição balanceada.



Com relação ao superávit de 4,25%, nós não vamos propor nenhum tipo de solução heterodoxa ou criar banda ou fazer nenhum tipo de pirotecnia com ele. A regra de ganho real do salário mínimo já está na proposta, e, se não houver uma sugestão mais condizente, ela será mantida.

O projeto do PPI é de 1,20% do PIB. É uma questão a ser avaliada pelo Governo. Então, eu acho que temos de nos debruçar sobre o volume *Restos a Pagar*. Essa questão deveria ser discutida ao longo dos anos. É claro que não vamos zerar o procedimento de *Restos a Pagar*, mas poderia haver um percentual que fosse reduzido, ano a ano, para que efetivamente tivéssemos a execução do Orçamento no futuro sem nenhum tipo de pendência.

São essas as observações que eu tinha a fazer, complementando que estamos permanentemente em contato com a equipe técnica do Ministério do Planejamento. Vamos iniciar o debate; portanto, é importante que se abra prazo de emendas para que comecemos a recebê-las. Eu pretendo ter o relatório pronto para votação antes do dia 10 de junho, para viabilizar a discussão e a votação antes de toda a movimentação política de convenções e tudo mais que ainda está por vir neste ano eleitoral.

Portanto, Sr. Presidente, é importante que não fiquemos presos com o Orçamento no mês de junho, com angústia para votá-lo; que possamos discuti-lo com maior tranquilidade. Da minha parte, assim que recebermos as emendas, imediatamente vamos entregar o relatório.

O SR. PRESIDENTE. (O Sr. Deputado Gilmar Machado) - Obrigado., Sr. Relator.

Nós esclarecemos que está havendo votação nominal no plenário. Vários Deputados que se ausentaram talvez tenham ido ao plenário para voltar; e retornarão à Comissão em seguida.

Passo a palavra ao Ministro Paulo Bernardo.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO -. Quero dizer ao Deputado Alberto Goldman que concordo com seu ponto de vista sobre economia. Particularmente no ano passado tivemos um desempenho muito diferenciado setorialmente.

O setor de produção de bens duráveis, por exemplo, teve um desempenho excelente, enquanto o agronegócio teve uma quebra enorme. Isso se reflete em alguns setores da indústria, em alguns setores do próprio agronegócio. Se pegarmos



a produção de grãos, de maneira geral, veremos que houve uma crise enorme. No entanto, o setor que produz açúcar e álcool vai muito bem.

Com relação à questão da crise no setor agrícola, Deputado Goldman, há um reconhecimento do Governo. Nós, há uns 20 dias, tomamos as primeiras medidas de prorrogação de dívidas e liberação de 1 bilhão de reis para aquisição de produtos, com o objetivo de dar fôlego ao produtor, por meio dos preços; e, agora, um novo conjunto de medidas, algumas de caráter emergência, deverão ser anunciadas até manhã, o mais tardar até segunda feita, pelo Ministro Roberto Rodrigues, também com o objetivo de atender às emergências setoriais do setor agrícola. Além disso, o Governo mostrou sua preocupação com a crise do agronegócio na discussão do Plano Safra, a ser anunciado até final de maio. E aí vamos ter a incorporação de algumas medidas de caráter mais estruturante para ajudar a dar mais fôlego aos vários segmentos que enfrentam a crise. Nós reconhecemos e queremos ajudar.

Com relação à Previdência Social, concordo com as avaliações feitas por V.Exa. Apenas observo que a curva de crescimento, particularmente a dos últimos 10 anos, é constante. A dificuldade está em como atacar o problema para fazer reverter esse crescimento. De maneira geral, eu diria que temos de persistir em melhorar a gestão da Previdência Social, cobrar dívidas, fazer um esforço para melhorar a arrecadação, aproveitar que vamos ter maior crescimento econômico, o que certamente deve dar um fôlego porque aumenta a receita sem necessariamente aumentar benefícios — para os benefícios há uma legislação à parte — e, eventualmente, fazer mudanças.

Eu respondi à Deputada Alice Portugal, dizendo que a Previdência periodicamente exige mudanças e reformas. Nós não temos isso claro nem isso está no horizonte imediato do Governo; não há nenhuma decisão quanto a isso. Mas, evidentemente, no futuro teremos de enfrentar esse problema.

Quanto à questão dos convênios, nós estamos abertos, Deputado Goldman a trabalhar para melhorar. E ouviremos todas as sugestões que nos ajudem a melhorar o controle dos repasses voluntários que fazemos para Estados e Municípios, e mesmo para ONGs.

A medida que torna obrigatório o pregão eletrônico certamente irá diminuir a incidência desses problemas. Nunca vamos conseguir eliminá-los, mas, com



certeza, a Controladoria da União e os Tribunais de Contas vão ter menos trabalho com essas medidas. O volume de problemas certamente vai diminuir. V.Exa. há de concordar comigo que, nesse campo, o da imaginação das pessoas, o Governo tem sempre de sair correndo atrás para controlar, enquanto muita gente fica na frente bolando formas de burlar.

Com relação ao art. 77, eu queria dizer que, na verdade, nós fizemos uma proposta motivada principalmente pela situação difícil em que nos encontrávamos. No mês de abril o Orçamento ainda não estava aprovado. Reconheço que não é a melhor alternativa, mas vários Estados já têm mecanismos parecidos com esse, até mesmo iguais. V.Exa. conhece isso, tenho certeza, porque estuda a questão. Vários Estados têm liberação automática dos duodécimos. Portanto, é uma proposta, que queremos discutir com o Congresso. Acataremos, evidentemente, as ponderações políticas e as propostas técnicas feitas, até porque achamos que podem ser ótimas. O Congresso geralmente aperfeiçoa essas coisas.

Com relação às questões colocadas pelo Deputado Cláudio Cajado, depois vou ligar para S.Exa. para tratar dos detalhes. Quanto ao contingenciamento, ainda não temos definição, mas vamos fechar isso até o final desta semana e levar a proposta ao Presidente Lula, que deverá — acredito — aprová-la. Já tivemos 2 conversas com S.Exa. anteriormente. A partir daí, teremos condição de sancionar, ainda na segunda feira — creio eu — o Orçamento e publicar o decreto de programação orçamentária e financeira.

Com relação ao projeto piloto, é verdade o que disse o Deputado Cláudio Cajado. Não sei se os números são esses mesmos, pois não executamos e pagamos todo o projeto piloto de investimento no ano passado, mas ele foi integralmente empenhado e está sendo executado até de maneira bem acelerada neste primeiro semestre. Achamos que o projeto piloto previsto para 2006 vai andar mais rápido, porque na maioria dos casos os projetos são continuação de outros que estavam no projeto piloto do ano passado, tanto que não vamos ter as dificuldades que tivemos para montar, para fazer os contratos, licitar, enfim todo o trâmite legal exigido para fazer esses gastos.

Quanto ao limite de despesas em 17%, quero repetir o que disse no início. Estamos propondo uma forma que vai aperfeiçoar isso. Estamos dizendo que, a partir de um patamar de gastos correntes que temos hoje, queremos efetivamente



forçar uma diminuição. Esse de 0,1% do Produto Interno Bruto é o patamar mínimo. Seria o equivalente a 2,3 bilhões de reais hoje, em 2007, menos do que em 2006. Seria o equivalente ao PIB do próximo ano. As pessoas, às vezes, falam pouco sobre isso. O Deputado Pedro Novais disse inclusive que era 0,01. Não, não é 0,01%. É 0,1%. Acredito que, se fizéssemos isso durante 4 anos, no próximo mandato presidencial teríamos condições de reduzir o equivalente a 10 bilhões de reais em Despesas Correntes. Se fizermos isso durante 10 anos, podemos obter 1% do Produto Interno Bruto só de redução no item Despesas Correntes. Portanto, acho que é uma medida correta.

Devo lembrar aos senhores que a trajetória tem se mostrado outra. Temos sempre crescido. Estamos dizendo que agora vai-se ter de diminuir com relação ao Produto Interno Bruto. Queremos diminuir isso para abrirmos espaço para mais investimentos. O projeto piloto de investimento vai ter 1,6 bilhão de reais a mais de investimentos no próximo ano. Se quisermos converter para investimento uma parcela desses 2,3 bilhões de reais, podemos ter uma trajetória ascendente de diminuição.

O Sr. Deputado Pedro Novais colocou algumas questões e ponderações sobre o quadro dos parâmetros. Concordo com S.Exa. Quero, porém, lembrar a S.Exa. que estamos fazendo a projeção. Normalmente, a projeção é feita com números arredondados. Daí por que o Deputado Pedro Novais faz esses questionamentos acerca da exatidão dos números. Sobre essas questões, como a da possível divisão da LDO, creio não haverá prejuízo algum se isso for feito com um debate mais geral a respeito da mudança da legislação orçamentária. A verdade é que a LDO gradativamente acumulou uma série de dispositivos inovadores. A imensa maioria deles foram introduzidos pelo Congresso Nacional. A partir de certo momento, eles começam a ser repetidos todos os anos. Se isso for transformado em legislação permanente, acho que não há prejuízo algum para a discussão e o acompanhamento da LDO ano a ano.

O Senador Romero Jucá traz uma idéia boa. Essa redução de 0,1% do Produto Interno Bruto poderia perfeitamente ser feita, ser expandida para um controle mais pontual de despesas cujo controle interesse de perto ao Legislativo e ao Judiciário. Aceitamos esse debate sem qualquer problema.



S.Exa. falou da possibilidade ou necessidade de controlar o volume de Restos a Pagar. Não vou comentar isso, mas acho que é uma discussão pertinente. Quero lembrar que aumentamos os investimentos em Restos a Pagar no ano passado pelas razões conhecidas. Aliás, olhando a trajetória de dezembro para cá, acredito que acertamos em cheio. Se não tivéssemos feito isso, praticamente teríamos paralisado os nossos investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Para réplica, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alberto Goldman. S.Exa. disporá de 2 minutos.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Queria primeiramente lembrar que o crescimento nosso é cheio de saltos e buracos. O primeiro trimestre deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado, aponta um aumento em 4 vírgula alguma coisa. Isso se deu em virtude da forte elevação em fevereiro; porém, em março, tivemos uma queda de pelo menos 0,3% em relação a fevereiro. Portanto, um crescimento bem diminuto em relação ao mês anterior. Não temos nenhuma convicção de como isso vai ocorrer dos próximos meses até o final do ano.

Queria mais uma vez chamar a atenção dos senhores para a Previdência. O Governo tem apenas um horizonte eleitoral. Ele, em momento algum, teve coragem de tocar nessa questão, que é politicamente muito delicada. O Governo não tem a mínima coragem nem vontade política de tocar nesse assunto da Previdência. Falam em diminuir as despesas correntes em 0,1%. É isso o que entendi? Tirar 0,1% do PIB. Porém, nas Despesas Correntes — e aí chamo a atenção de todos — a curva da Previdência não é constante. A curva da Previdência tinha variação média de 0,23% nos anos anteriores ao Governo Lula. Agora a média está sendo de 0,4%. Portanto, há uma inflexão da curva do déficit, que era, em média, de 0,22% ou 0,23%, para 0,4%. Isso mostra que se tivermos mais 0,4% do que veio, ou 0,3% ou 0,4% ou 0,5%, porque sempre tivemos isso. De 2004 para 2005 o crescimento do déficit foi de 0,5% do PIB. Se tivermos 0,5% ou 0,4% a mais, a perda por eliminar 0,1% nas Despesas Correntes vai ter um aperto muito maior do que esse que parece. Se a Previdência vai crescer mais 0,4% e temos de diminuir ao todo em 0,1%, o restante em Despesas Correntes nós vamos ter de diminuir em 0,5%.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Estou de acordo com V.Exa. Não é fácil fazer isso.



O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Portanto, esse 0,1% não é 0,1%. É 0,4%, 0,5%. Como foi no ano passado também aquela previsão do limite de receita e de despesa, isso me parece, mais uma vez, aquilo que sempre chamei — aliás, eu sempre dizia isso ao Ministro Mantega — de jogo de Poliana. Ou seja, era um desejo, uma vontade que certamente não iria se cumprir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Vamos passar para o próximo bloco.

Com a palavra o Sr. Deputado Edinho Bez.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Seria bom que o Ministro respondesse àquela questão que lhe fiz antes de entrarmos no outro bloco.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - De fato, não tenho grandes coisas a acrescentar, Deputado Goldman. Parece-me que, nessa questão da Previdência Social, esse debate realmente não está muito presente nessa pré-campanha eleitoral. Talvez na campanha, porque nós não temos, no âmbito do Governo, como disse, uma decisão sobre isso. Certamente, teremos esse debate mais adiante. Temos de prosseguir fazendo um esforço para melhorar a gestão. Concordo com V.Exa. em que essa redução que estamos propondo, de 0,1% do Produto Interno Bruto, não é pouca coisa. Ela é difícil de ser executada. Temos de fazer um esforço muito grande. Mas também temos de procurar conter o crescimento da despesa previdenciária. No mais, são avaliações de cunho político. Concordo com uma parte; com outra, não. Não quero, porém, estender-me neste debate com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Concedo a palavra, por 5 minutos, ao Sr. Deputado Edinho Bez.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Cumprimento o Presidente, Deputado Gilmar Machado, e parabenizo o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, nosso colega, Deputado Paulo Bernardo, e o convido a vir aqui, mais uma vez, discutir a questão orçamentária e outras questões que exigem velocidade de decisão, principalmente no que tange ao melhoramento da nossa peça orçamentária, o que é de fundamental importância.

Sr. Ministro, não consigo entender por que nós, até o dia de hoje, não temos nosso Orçamento promulgado. Já estamos em 11 de maio e precisamos empenhar o que aprovamos no Orçamento — as emendas, por exemplo — até 30 de junho;



caso contrário, por ser ano eleitoral, teremos que deixar isso para depois das eleições. E só Deus sabe se mais alguma coisa será empenhada após as eleições!

A desculpa utilizada há muitos anos (sou Deputado com 4 mandatos: 3 federais e 1 estadual) é que a Oposição não quis votar. Mas o Governo tem Deputados e Senadores aliados, a base aliada do Governo. Não se justifica, portanto, que os Ministérios ainda não tenham sido autorizados a liberar os recursos orçamentários. O Orçamento já foi aprovado por esta Casa e todos esperavam que, semana passada, ele fosse promulgado, o que não ocorreu. A promulgação ficou para esta semana. Mas V.Exa. disse que o Presidente viajou, sendo ela adiada para a semana que vem. Deixo, então, a indagação sobre a morosidade na promulgação do Orçamento, o que deveria ser feito com a rapidez necessária.

Sr. Ministro, a vinda de V.Exa. a esta Comissão Mista é um momento propício para doravante aprovarmos o Orçamento, procurando dar mais segurança à liberação de recursos e seriedade em sua aplicação. É muito importante sua vinda aqui para transmitir a esta Comissão o que pensa o Governo, e ninguém melhor do que V.Exa. para falar em nome do Governo, já que é o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. Na condição de Ministro, conhece muito bem esta Casa; somos colegas aqui há muito tempo. Aprendi muito com V.Exa., que, além do mais, conhece muito bem esta Comissão. De maneira que é importante a colaboração de V.Exa., com o objetivo de darmos mais rigor à aplicação dos recursos, em virtude das recentes denúncias envolvendo Parlamentares.

Até hoje, apenas um tentou mexer comigo e está respondendo a processo. Nunca processei ninguém nem jamais fui processado. Tenho o nome limpo. Recomendo a todos os Deputados e Senadores que tenham se sentido prejudicados que entrem na Justiça imediatamente. Embora a Justiça também não nos dê muita segurança, ainda é o melhor caminho de provar a inocência de muita gente. Não posso acreditar que todos esses Parlamentares citados estejam envolvidos, e minha sugestão é que se processe imediatamente quem está brincando com coisa séria e denegrindo a imagem de toda uma Casa. Até porque esta Casa é o retrato da sociedade. Há muitas pessoas da imprensa posando de sérias, mas que são picaretas, assim como advogados. Em todos os segmentos há os chamados picaretas. Há Deputados que são dentistas, médicos, jornalistas; há Deputados e Senadores da área sindical, representantes da agricultura, dos bancos etc.



Precisamos fazer ampla reflexão sobre essa questão. Então o momento é muito importante e devemos cuidar melhor da peça orçamentária.

Sr. Ministro, isso fica mais como sugestão.

Por fim, faço um apelo a V.Exa., e reforço o pedido da Deputada Alice Portugal, para que se faça o encaminhamento do Plano de Carreira da Polícia Rodoviária Federal. Trata-se de uma luta para a qual precisamos do concurso de mais Deputados, mais forças, porque é muito importante darmos continuidade à tramitação da matéria. E a PRF presta relevantes serviços à população brasileira.

Outro dia tomei conhecimento, Sr. Ministro, de que foram assaltados 2 postos da Polícia Federal na Bahia, como também 2 postos da PRF em Pernambuco. Ora, os bandidos já chegaram a assaltar até guarnição do Exército! Então precisamos estar atentos a esses fatos e tomar medidas eficientes e rápidas.

Parabenizo V.Exa. por vir aqui debater conosco o assunto. Mais uma vez, manifesto nosso reconhecimento. V.Exa. conhece a Casa e a Comissão de Orçamento e, com certeza, falando em nome do Governo, vai contribuir, sem sombra de dúvida, para melhorarmos a peça orçamentária.

Eram essas as minhas observações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, Deputado Gilmar Machado, nobre Senador Relator Romero Jucá, Ministro Paulo Bernardo, esse projeto de lei de diretrizes orçamentárias receberá uma emenda que deve ser elaborada por vários Parlamentares. Ela propõe a inserção nesse projeto de um anexo de metas sociais. E vamos fazê-lo porque não há mais como sustentar a diluição das metas sociais em programas e planos setoriais que muitas vezes não são executados.

O Congresso Nacional aprova projetos de lei que determinam, num horizonte de 5 a 10 anos, metas sociais em certas áreas da administração federal para Estados e Municípios. Darei um exemplo do Plano Nacional de Educação. Então, não há qualquer justificativa para discutir metas fiscais, macroeconômicas sem ter ao lado delas um anexo de metas sociais, até porque administrar receitas e realizar despesas não é um fato em si, mas uma atividade meio. A atividade fim da



execução orçamentária é conseguir melhoria da qualidade de vida da população brasileira, dar mais oportunidades de emprego, superar as desigualdades regionais. Esse é o primeiro fato que registro hoje aos Deputados que estão discutindo uma emenda à LDO, propondo um anexo de metas sociais.

Segundo, é importante aproveitarmos a tramitação da LDO, e não só para inserir a preocupação com a instituição da regra geral do pregão eletrônico nas compras, nos gastos, na contratação de serviços, em todos os níveis da administração orçamentária, como também aproveitarmos essa oportunidade para implantar, de forma ampla, geral e irrestrita, o Sistema de Administração Financeira, estendido a Estados e Municípios — o SIAFEM. Parte das irregularidades agora denunciadas, na esteira da “Operação Sanguessuga”, e parte ponderável dos 3 mil inquéritos concluídos pela CGU — eu assumi a Coordenação do Comitê de Fiscalização e Controle; estivemos na Controladoria-Geral da União, o Deputado Colbert Martins e eu, na terça-feira à noite —, parte ponderável das tecnologias, dos conhecimentos que geraram corrupção e fraude em 3 mil investigações realizadas em centenas de Municípios se dá, entre outras razões, pela inexistência do controle pelo SIAFI nas Assembléias e das Câmaras (o SIAFEM).

Há cerca de 2 meses ouvimos aqui o BNDES, que veio a nosso convite à comissão de Finanças e Tributação explicar um programa de transferência de recursos do Banco Mundial da ordem de 96 milhões de dólares para modernização da administração fiscal de Estados e Municípios, sem contrapartida financeira e administrativa. E ponderamos por que esse programa, a fundo perdido, com aval da União, não tem como contrapartida administrativa a implantação imediata do SIAFI nas Assembléias, Estados e Câmaras Municipais.

Então, Sr. Ministro, proponho que este debate seja incorporado. Assim como se está estendendo a regra dos pregões eletrônicos para contratação nos Estados e Municípios da execução de recursos federais, que seja também uma norma exigente a implantação do SIAFI nos Estados e Municípios.

Outro aspecto. Os dados que são apresentados aqui deixam à margem uma necessária avaliação, auditoria e fiscalização sobre eficiência, eficácia e qualidade dos gastos indiretos que são feitos, por exemplo, com a desoneração tributária. E vou me cingir aqui aos 6,1 bilhões de reais previstos, para 2006, na área de investimento produtivo. Qual é, de fato, o impacto dessa desoneração de 6,1



bilhões de reais no crescimento do PIB, no desenvolvimento regional, no aumento da renda *per capita* regional? Ou nós vamos novamente, daqui a 60 dias, com o *lobby* da Volkswagen e as pressões dos setores que se sentem prejudicados pela política cambial, desonerar o IPI da indústria automobilística, conceder novos benefícios fiscais para os setores que aqui se manifestaram esta semana?

Isso é grave, porque nós estamos estimando em 6,1 bilhões de reais a desoneração tributária e sonhando com um programa piloto de investimentos da ordem de 4,6 bilhões de reais. Então, nós estamos estimando uma desoneração tributária, só para investimentos produtivos, da ordem de 6,1 bilhões de reais, e sonhando com um PPI de 4,6 bilhões de reais — 0,2% do PIB.

Então, todos esses fatos que têm acontecido desde o Governo passado e também na atual Administração do Presidente Lula, na atual gestão desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, impõem-nos uma profunda avaliação, um processo amplo, geral e irrestrito de auditoria. E sabe por quê, Sr. Ministro? Tudo que se faz no plano federal é copiado pelos Estados. Os Estados, há 14 anos, fazem uma guerra fiscal mesmo suicida. E vou citar um exemplo recente dessa guerra fiscal. A empresa Vicunha, que desde 18 de junho de 1997 vinha recebendo incentivos fiscais do Estado de Pernambuco, agora fechou as portas, demitiu 480 trabalhadores e migrou para o Ceará. E por quê. Porque recebeu incentivos fiscais daquele Estado.

Então, essa questão da eficácia, da eficiência, da qualidade do gasto indireto, que é a renúncia da administração fiscal, precisa ser avaliada. Ela deveria ser inserida como uma norma das diretrizes do Orçamento.

E, por último, cito as metas de crescimento e a expectativa de redução das taxas de juros, que são absurdamente tímidas. Nós estamos aqui propondo uma oscilação de 0,25% do PIB para cada ano, de 4,5% em 2006 para 4,77% em 2007, e até 5,25% em 2009. Ora, estimar metas mais ousadas não é pecado; estimar metas mais ousadas não compromete o equilíbrio da estrutura macroeconômica. O máximo que pode acontecer é não atingi-las. E mais: as atuais metas de superávit têm sido insuficientes para permitir ao Tesouro o pagamento do serviço da dívida pública. Qual é a solução, portanto, que se propõe? Nós estamos propondo reduzir o déficit nominal, até 2009, a 1,34% do PIB. Mas isso não equaciona a necessidade de redirecionamento dos recursos do Tesouro. Por isso, é possível que sejam



estabelecidas metas de crescimento mais ousadas — o único risco é não atingi-las, repito.

Em segundo lugar, deve-se impor uma redução mais acelerada das taxas de juros. E aí eu concluo com a seguinte equação: como é que o sistema de planejamento do Governo Federal pode estimar redução ou não de taxas de juros se quem decide não tem qualquer relação de integração ou de discussão com o que se está fazendo aqui? Então é preciso mais agressividade na divulgação das metas de crescimento e redução mais acelerada das taxas de juros, sem o que não vamos atingir nenhuma das metas que os Deputados vão propor e que o projeto propõe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado Paulo Rubem Santiago.

Com a palavra o Deputado Marcelo Castro. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu gostaria de tratar de um assunto que, inclusive, pessoalmente já tratei com V.Exa.: a questão do orçamento regionalizado. Isso me preocupa muito por ser representante de um Estado pobre, o Piauí. O que nós vemos é que o Governo Federal não dá atenção a esse assunto, haja vista que, em seu primeiro ano de Governo, o orçamento do Piauí foi diminuído em 30%, enquanto o do Rio de Janeiro foi aumentado em 200%.

Eu pertenci à Comissão de Transportes e pude fazer um levantamento. Agora, no ano de 2006, o orçamento do DENIT para o Piauí é de apenas 60 milhões de reais. Nisso estão incluídos PPI, restauração, conservação, CREMA, construção, enfim, tudo. No Orçamento deste ano há emenda de bancada de algum Estado brasileiro de 70 milhões de reais. Quer dizer, 10 milhões acima de todo o Orçamento do Piauí. Não sei por que essa discriminação, essa injustiça com o nosso Estado.

O Piauí, Sr. Ministro, tem 4,2% da malha rodoviária federal pavimentada. O Brasil tem 57 mil quilômetros; o Piauí tem 2.400 quilômetros. Portanto, levando em consideração essa malha, nós teríamos “direito”, entre aspas, a 4,2% do orçamento do DENIT; mas nós temos apenas 0,85%.

O PPI, este ano, foi de 3,3 bilhões de reais. Ao Piauí foram destinados apenas 18 milhões. Ou seja, o Piauí teria direito a 120 milhões e está apenas com 18 milhões, a 0,54%.



Nós temos 60 milhões de reais no Orçamento de 2006, enquanto teríamos direito, aproximadamente, a 300 milhões para estarmos na média nacional, para dizer assim: “O Governo Lula não está ajudando nem prejudicando o Piauí; está na média”.

No entanto, ao invés de 300 milhões de reais, nós temos apenas 60 milhões, o que é ridículo, levando em consideração que uma emenda de bancada, aprovada nesta Comissão, é superior a todo o orçamento do Piauí. É uma discriminação inaceitável!

O Ministério, este ano, já lançou um PL para o DENIT. Coincidentemente, o único Estado esquecido foi o Piauí. Então, Sr. Ministro, peço a V.Exa. que, quando aparecer o outro PL, lembre-se do Piauí, pelo amor de Deus! porque não é possível uma situação dessas. É insustentável!

Em 2005, eu fiz um levantamento. O Piauí recebeu 40 milhões de reais através do DENIT. Não vi isso no SIAFI; recebi a informação do Diretor-Geral Mauro Barbosa. Enquanto para o Piauí foram 40 milhões de reais, para Minas Gerais foi a soma de 1 bilhão de reais. A disparidade é muito grande. Alguém diz: *“Ah! mas Minas Gerais tem uma malha grande”*. Não, senhor! O Piauí tem 2.400 quilômetros de estradas federais pavimentadas; Minas Gerais tem pouco mais de 5 mil quilômetros. Minas Gerais tinha 11 mil quilômetros, é certo, mas 6 mil foram estadualizados; portanto, não estão recebendo recursos federais. Então, esse recurso de 1 bilhão de reais foi aplicado sobre 5 mil e poucos quilômetros de rodovias federais no Estado de Minas Gerais. Essa é a realidade.

Outra questão. O Ministério da Integração Nacional está planejando gastar 5 bilhões de reais com as obras de transposição do Rio São Francisco, mais 5 bilhões na sua revitalização, enquanto para o Piauí zero! O Piauí nem participa da transposição nem da revitalização. Nós temos o Rio Parnaíba, segundo maior rio perene do Nordeste, que é tão comprometido quanto o São Francisco, mas o Governo não se lembrou dele. E este ano, Ministro — vou fazer uma aproximação — o Ministério da Integração Nacional destina simplesmente zero para o Piauí. Aí alguém diz: *“Ah! não foi zero, mas 200 mil”*. Bom, entre um orçamento de não-sei-quantos milhões e 200 mil reais, zero é praticamente a mesma coisa, está dentro da faixa de erro. Então, não há nada previsto para o Piauí.



E, por último, estou aqui com o extrato do Banco do Brasil. Taxa de juro: 7, 90% ao mês; 149% ao ano. Outro dia, ouvi o Presidente Lula dizer que empréstimo ao servidor é muito bom, porque às vezes ele está endividado com agiota, vai no banco, pega dinheiro e paga o agiota. Ocorre o contrário, Sr. Ministro. Eu conheço, pelo menos, 2 casos concretos de amigos meus que tomaram dinheiro de agiota para pagar o banco, porque hoje, em nosso País, o maior agiota é o banco. Como o Banco do Brasil pode cobrar 150% de juros ao ano? Nós temos de aceitar essa situação? Isso é inelutável? Não se ouve nem se vê a palavra de uma autoridade a respeito desse problema. Vamos conviver com isso? Os agiotas estão cobrando hoje, dependendo do freguês e da confiabilidade, 2 a 3% de juros.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o último inscrito, Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, Sr. Ministro Paulo Bernardo, Sr. Relator da LDO, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, o superávit primário realizado pelo Governo Federal foi 14,8% superior à meta referente ao ano de 2005: 53,3 bilhões de reais contra 46,5 bilhões. Essa elevação deve-se, em grande parte, ao expressivo aumento da carga tributária. Por exemplo, no terceiro quadrimestre de 2005, o aumento de arrecadação de Imposto de Renda foi de 7,18 bilhões de reais, 6,6% superior à previsão do Decreto nº 5.516, de 2005.

Sr. Ministro, V.Exa. considera adequada a obtenção do superávit muito superior ao estabelecido na LDO às custas de uma carga tributária tão elevada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Paulo Bernardo.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - O Deputado Edinho Bez questionou sobre a sanção da lei orçamentária. Todos temos responsabilidade. O Orçamento aprovado com atraso, mas já estamos correndo, como disse, e provavelmente, na segunda-feira, ele deve ser sancionado. Embora S.Exa. tenha saído — acredito que devido à votação que está ocorrendo no plenário —, quero lembrar que precisamos da aprovação do Plano Plurianual. A forma como está organizada a legislação impede a execução de projetos constantes da lei orçamentária mas não incluídos no



Plano Plurianual. Isso acontece, evidentemente, com muito mais ênfase em relação às emendas parlamentares. Quer dizer, não vamos poder executar as emendas parlamentares sem aprovação do PPA. Portanto, acredito que S.Exa. esteja acompanhando isso.

O Deputado Paulo Rubem Santiago anunciou a disposição de apresentar emenda para incluir um anexo de metas sociais na LDO. trata-se de discussão bem-vinda. Esse tema é bastante caro ao nosso Governo. Temos bastante realizações. O Governo Lula promoveu a unificação dos programas de transferência de renda. Vamos fechar este ano com 11 milhões de famílias incluídas no Bolsa Família. Aumentamos substancialmente os gastos com o Programa da Agricultura Familiar: para esta safra serão destinados 9 bilhões de reais. Aumentamos os gastos com a reforma agrária. Estamos implantando o Sistema Único de Assistência Social. Estamos com a votação bem adiantada do FUNDEB no Senado Federal — a Câmara dos Deputados, aliás, já o aprovou e, pelo que sei, foi aprovado na Comissão do Senado. Estamos mandando proposta de reforma universitária. E, juntos com o Congresso Nacional — embora não haja ainda uma legislação definitiva — pusemos em prática uma política de recuperação do salário mínimo. Hoje, o salário mínimo tem o maior poder aquisitivo desde 1979. Esses dados não são do Governo, mas do DIEESE.

E isso está acontecendo porque tivemos não apenas reajuste salarial, mas também desoneração tributária, produção e maior oferta de alimentos, o que deu ao trabalhador uma situação muito mais confortável. Portanto, o debate é positivo.

S.Exa. também fez um questionamento acerca das medidas tributárias, e nós adotamos várias medidas. Fiz questão de frisar que propusemos algumas e o Congresso Nacional acrescentou outras. Isso é normal. O conjunto de medidas tributárias de desoneração aprovadas pelo Congresso Nacional depois da remessa do projeto de lei orçamentária chega a 6 bilhões e meio para este ano.

A respeito da MP do Bem, fizemos certo. Já que não temos como fazer uma desoneração mais ampla — e o Deputado Eduardo Sciarra também questiona isso —, pelo menos estamos fazendo outras coisas. Fizemos a desoneração da cesta básica, dos investimentos e dos bens de capital, o que ajudou no desempenho de vários segmentos da economia.



Quanto às metas de crescimento, não temos nenhum problema de propor metas mais ousadas. O problema é que temos de fazer metas que se realizem. Não concordo quando alguém sugere fazer uma meta e diz que o máximo que pode acontecer é ela não se realizar. Temos de fazer metas que se concretizem.

Deputado Paulo Rubem Santiago, estamos convencidos de que a meta de crescimento é factível. É possível de ser realizada, assim como as projeções que estamos fazendo para a taxa de juros. O Banco Central tem autonomia e vai continuar tendo, mas temos condição de fazer uma previsão, até porque estamos crescendo com inflação baixa. A atual situação cambial provoca críticas, mas, por outro lado, também ajuda a derrubar a inflação. Enfim, existem condições favoráveis para que o Banco Central continue derrubando a taxa de juros. A projeção está adequada.

Concordo com a tese do Deputado Marcelo Castro. Há realmente necessidade de discutirmos o desenvolvimento regional e a redução das desigualdades. Não quero, porém, Sr. Deputado, entrar nesse debate com V.Exa., porque sinceramente não tenho de cabeça os números sobre a liberação de recursos para o Estado do Piauí. Esse questão causa preocupação. Quero debruçar-me na sua análise e vou conversar com o Ministro Paulo Sérgio. Comprometo-me depois a telefonar a V.Exa. para informá-lo sobre isso.

Sobre as taxas de juros, todo concordamos com a necessidade de continuar nos esforçando para diminuí-las. O Ministro Guido Mantega esteve em reunião na FEBRABAN na sexta-feira passada, e apresentou propostas para a continuidade do esforço para reduzir essas taxas. Atualmente, o patamar de juros ao consumidor final é o menor desde 1994. É verdade que as taxas do cheque especial são muito altas, mas, quando as comparamos com as do crédito consignado, vemos enorme diferença. Não sei qual a taxa dos agiotas, mas a do crédito consignado está na faixa de 1,8%, 2,2%, 2,4%. E há um dado importante: houve crescimento na oferta de crédito, que passou de 22% do Produto Interno Bruto, em 2002, para 33%, em 2005. Ou seja, o volume de crédito ofertado para as pessoas físicas e jurídicas é muito grande. Isso representa enorme avanço. Pessoas que não tinham acesso a crédito hoje o têm. Temos de comemorar esse fato também. É algo positivo e ajuda no desempenho do comércio e da indústria.



Quero dizer ao Deputado Eduardo Sciarra , primeiro, que precisamos acabar com a escalada que tivemos, escalada que não é dos últimos anos — S.Exa. bem sabe disso. Ela tem mais de 10 anos. Recentemente, o Governo fez ajustes fiscais à custa de aumento de tributos.

Concordamos com a tese: se não podemos derrubar a carga tributária imediatamente, temos de, a partir desse reconhecimento, esforçar-nos para diminuí-la. Por isso, fiz questão de mostrar o quadro com as medidas adotadas pelo Congresso Nacional, com o apoio do Governo. Elas serviram para derrubar pontos da carga tributária. Temos de continuar fazendo isso.

Com relação ao Imposto de Renda, o crescimento do ano passado foi concentrado na pessoa jurídica e também na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que, na verdade, refletiu os grandes resultados alcançados.. Refiro-me ao lucro bastante expressivo que as empresas tiveram em 2004, lucro que acabou refletindo no aumento do ano passado. Se S.Exa. observar atentamente, vai verificar que não houve nenhuma medida que importasse majoração de impostos. O Governo aprovou medidas — repito — com o apoio e a contribuição do Congresso Nacional que diminuiriam tributos. Se tivermos aumento da arrecadação no próximo ano é porque a economia está crescendo, porque as empresas lucraram mais, porque o emprego formal aumentou. E, em consequência, aumenta a arrecadação do INSS, aumenta a arrecadação do Imposto de Renda pessoa física, melhora a renda das pessoas. É, portanto, uma coisa positiva. Temos também de comemorar isso, porque não estamos aumentando alíquota e estamos buscando, em relação à receita, alcançar um desempenho que não resulte de aumento de impostos, até porque ninguém mais aceita isso.

Estamos, portanto, em linhas gerais, de acordo com Deputado Eduardo Sciarra. Concordamos em que tem de haver um esforço para continuar ajustando, com diminuição da carga tributária. Concordamos em que tem de haver crescimento econômico, inflação baixa, superávit e diminuição da dívida em relação ao PIB e em que temos de nos esforçar para reduzir a carga tributária. Ou seja, temos de desenvolver o País com responsabilidade. Todos nós podemos discordar na forma, mas no geral concordamos com isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Algum Deputado gostaria de ter a réplica.



Sr. Ministro, V.Exa. ainda quer fazer mais alguma consideração? (*Pausa.*)

Quero agradecer ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Deputado Paulo Bernardo; e aos Srs. Parlamentares, a presença.

Antes de encerrar esta sessão, comunico que haverá reunião extraordinária tão logo se encerre a sessão da Câmara dos Deputados.

Está encerrada a presente reunião.